

for the Church today, especially in light of repeated papal declarations on the Church in China and Pope Francis' recent accord with the People's Republic of China. For this reason, Zhang's work is of essential reading not only for scholars of the China mission, but also for anyone interested in the history of Sino-Vatican relations and intercultural dialogue.

University of Sydney

Daniel Canaris

Francisca Branco Veiga. *Companhia de Jesus: O breve regresso no reinado de D. Miguel*. Lisboa: Edição da Autora, 2023. 437pp. €25,47. ISBN 9798387832628.

No dia 3 de Setembro de 1759, a Companhia de Jesus foi proscrita de Portugal por ordem do Marquês de Pombal. Modelos emblemáticos do antijesuitismo setecentista, a propaganda Pombalina e a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses tiveram um impacto profundo nas acções diplomáticas e políticas desenvolvidas contra a Companhia de Jesus em toda a Europa até à supressão universal da ordem em 1773. Por um conjunto de circunstâncias particulares—como, por exemplo, a influência e a longevidade invulgares das teses antijesuítas em Portugal e o exílio da família real e da corte no Rio de Janeiro—o breve da restauração da Companhia de Jesus foi rejeitado de forma liminar pela coroa portuguesa em 1814. A conjuntura, porém, alterou-se com a aclamação de D. Miguel (r.1828–1834) em 1828. No dia 13 de Agosto de 1829, uma comitiva de seis padres, dois irmãos e oito estudantes universitários desembarcou em Lisboa a pedido do rei. Liderados pelo belga Philippe Delvaux (1787–1865), os jesuítas regressavam a Portugal, setenta anos depois da proscrição setecentista. Durante cinco anos, os jesuítas empenharam-se no projecto de restauração da província portuguesa e dedicaram-se a 1) obras espirituais, como a catequese, a pregação e a administração dos sacramentos; 2) a obras materiais, com destaque para a assistência aos presos, feridos e doentes; 3) e ao ensino no Colégio das Artes, em Coimbra. Para o sucesso das actividades dos jesuítas foi fundamental o apoio da família real—em especial da rainha-mãe, D. Carlota Joaquina, e das infantas D. Maria Teresa, D. Isabel Maria e D. Maria da Assunção—e de membros ilustres do clero, da nobreza e do corpo diplomático—nomeadamente, dos duques de Cadaval e de Lafões, do

embaixador António Ribeiro Saraiva, do patriarca de Lisboa e do núncio apostólico, entre outros. Associados, de forma compreensível ainda que não plenamente desejada, ao regime absolutista, e na ausência dos principais protectores, os jesuítas acabariam por ser expulsos de Lisboa em Julho de 1833 e de Coimbra em Maio de 1834 na sequência dos triunfos liberais.

Nesta obra, Francisca Branco Veiga narra, pela primeira vez, a história do regresso efémero dos jesuítas no reinado de D. Miguel (1829–1834). Publicado em edição própria, o livro baseia-se na tese de doutoramento defendida pela autora na Universidade de Lisboa em 2019. Os principais méritos da obra prendem-se com a novidade e relevância do tema na história dos jesuítas em Portugal e com o levantamento exaustivo de fontes manuscritas e impressas, inéditas ou pouco estudadas, destacando-se, sobretudo, os documentos do Arquivo Português da Companhia de Jesus e os escritos coligidos por Auguste Carayon nos volumes X e XIX dos *Documents inédits concernant la Compagnie de Jésus*, 23 vols. (Poitiers: Henri Oudin, 1863–1886). Ao longo do livro, Francisca Veiga relata episódios de grande interesse para a história dos jesuítas neste período, como o empenho na promoção da devoção a Nossa Senhora da Rocha; a assistência aos doentes de cólera durante a epidemia de 1833; a tentativa incipiente de restaurar o ensino dos jesuítas no Colégio das Artes entre 1832 e 1833; e a prisão dos jesuítas de Coimbra no forte de São Julião da Barra em 1834.

Apesar da novidade e do mérito do trabalho de investigação, o livro apresenta algumas fraquezas e inconsistências, que poderiam ter sido corrigidas numa edição mais cuidada. Gerado em contexto académico, *Companhia de Jesus: O breve regresso no reinado de D. Miguel* peca, em primeiro lugar, pelo uso excessivo de citações de fontes primárias e secundárias no corpo do texto. Além de abundantes, as citações são, na maior parte das vezes, muito extensas, causando, por isso, uma desproporção indesejada entre as fontes e a sua análise. Teria sido preferível incluir, em anexo, uma selecção das fontes mais relevantes. Tendo em conta que a autora coligiu e transcreveu 185 documentos no segundo volume da tese de doutoramento, a inclusão de uma selecção de fontes ou o uso de referências cruzadas, remetendo para os documentos transcritos, não seria difícil de executar e representaria uma enorme vantagem para os leitores. Nalguns casos, as fontes citadas são da maior importância para a narrativa principal e têm um interesse que extravasa o contexto português como, por exemplo, no caso em que Voltaire expressa a

D'Alembert a sua preocupação sobre a restauração eminente dos jesuítas em Portugal: "on assure que cette canaille jesuitique va être rétablie en Portugal, à l'exception de l'habit" (54). Porém, à citação do excerto da carta entre os dois vultos do Iluminismo francês, não se segue uma análise do seu conteúdo.

Uma crítica igualmente substancial prende-se com a bibliografia. Além de a organização ser confusa, e de haver entradas repetidas, a bibliografia é datada e é constituída, quase exclusivamente, por títulos em português, francês e espanhol. Mesmo que se considere que não há autores ou obras de leitura obrigatória, ou que se discorde dos argumentos defendidos ou das abordagens seguidas, há algumas lacunas que, num trabalho deste género, causam alguma estranheza, nomeadamente a ausência de referências às obras de Dauril Alden e de John O'Malley. Dada a relevância para o tópico estudado, seria de esperar a referência aos volumes dedicados à supressão e a restauração da Companhia de Jesus publicados recentemente, em particular: 1) Jeffrey D. Burson and Jonathan Wright, eds., *The Jesuit Suppression in Global Context: Causes, Events, and Consequences* (Cambridge, 2015) e 2) Robert A. Maryks and Jonathan Wright, eds., *Jesuit Survival and Restoration: A Global History, 1773–1900* (Leiden, 2014). Neste contexto, é de lamentar o uso recorrente a entradas do *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús* (Roma, 2001) em detrimento de estudos mais recentes e especializados.

Ao longo do livro, há algumas frases que não se encontram substantiadas pelas fontes apresentada ou que são demasiado temerárias para uma obra deste género. Por exemplo, no primeiro capítulo, a autora declara que, de acordo com Luz Soriano, o bispo do Algarve "seria 'filiado' na Companhia de Jesus" (51). Porém, não é claro o que significa esta "filiação", nem se a autora concorda ou discorda do historiador oitocentista. No mesmo parágrafo, Francisca Veiga escreve que "o rei consorte, D. Pedro III, era muito devoto a esta Ordem, acompanhando os sentimentos da rainha e discordando da política religiosa de Pombal" (51). Para esta afirmação, a autoridade indicada é a *História de Portugal* de José Hermano Saraiva (Lisboa, 1993), isto é, uma obra de síntese e não uma fonte primária ou um estudo mais recente e especializado. No terceiro e último capítulo, a frase "mais tarde, a cólera transforma-se em tifo" (314) é talvez um pouco audaz, tendo em conta que a cólera e o tifo são duas doenças distintas, causadas por patógenos diferentes, e que não se encontra documentada, na história da medicina, a conversão da cólera em tifo, ou vice-versa.

Nalguns casos, surgem erros crassos que resultam de uma leitura descuidada das fontes citadas. O exemplo mais contundente é, talvez, o seguinte. No segundo capítulo, Francisca Veiga afirma que “o Rei entre outros assuntos informava-os do seu amor para com a Companhia (...) dizendo-lhes que o Colégio das Artes foi criado pelo seu Instituto e com a maior independência e por isso mesmo o que ele queria era o mesmo colégio da Companhia” (142). Além de o Colégio das Artes não ter sido criado pela Companhia de Jesus—foi fundado por D. João III em 1542 e entregue pela coroa aos jesuítas em 1555—a motivação de D. Miguel não se encontra plasmada na única fonte citada, uma notícia da *Gazeta de Lisboa* (14 de Fevereiro de 1832). A notícia é sumária e diz, somente, o seguinte: “Lisboa, 13 de Fevereiro. // Domingo 12 do corrente, pelas 10 horas da manhã, quando se explicava a Santa Doutrina segundo he o costume em todos os Domingos e Dias Santos, aos meninos na Igreja do *Colleginho*, actual residencia dos Padres da *Companhia de Jesus*, entrou na mesma Igreja Sua Magestade ElRei Nosso Senhor, cuja presença causou o mais inexplicavel prazer nos Religiosos da Casa, assim como em todos os devotos que naquelle Sagrado lugar se achavão reunidos. // Depois de ter o Piedosissimo Monarca adorado com a mais profunda devoção o Rei dos Reis, passou ao Convento onde Se demorou largo espaço de tempo a fallar com o Superior, honrando a todos os Religiosos com os mais expressivos signaes da Sua Real Benignidade; dando-lhes assim nova prova da Sua Augusta benevolencia antes que hum a parte delles sahisse desta Corte para irem a *Coimbra* tomar entrega do Collegio das Artes, antiga pertença da *Companhia de Jesus*.”

A última crítica substancial à obra em epígrafe prende-se com a apresentação inconsistente de datas fundamentais, o que dificulta, ou impossibilita nalguns casos, a realização de uma cronologia rigorosa. De acordo com a notícia da *Gazeta de Lisboa* acima referida, a data da visita de D. Miguel ao Colégio de Santo Antão-o-Velho foi 12 de Fevereiro de 1832. Porém, no texto, Francisca Veiga afirma que terá sido no dia 12 de Janeiro de 1832 (141–142). Na sequência da visita, a autora declara que os jesuítas partiram para Coimbra no dia 14 de Janeiro de 1832, o que não é possível se a visita de D. Miguel ocorreu no dia 12 de Fevereiro de 1832, como se encontra documentado na *Gazeta de Lisboa*. Tendo em conta que chegaram a Coimbra no dia 17 de Fevereiro de 1832, o mais provável é que tenham de facto partido no dia 14 de Fevereiro de 1832 (143). Um pouco adiante, Francisca Veiga declara que os jesuítas foram expulsos de

Lisboa 40 dias depois do envio de uma carta escrita pelo padre Philippe Delvaux. Como a carta foi escrita a 16 de Maio de 1833, e os jesuítas foram expulsos de Lisboa a 29 de Julho de 1833, partindo para Inglaterra dois dias depois, não se compreende como chegou ao cálculo do período que medeia entre os dois acontecimentos. O mesmo acontece no relato da expulsão dos jesuítas de Coimbra, em que são apresentadas duas datas alternativas: 30 de Maio de 1834 (328–329, 332) e 24 de Maio de 1834 (331). A propósito da fundação do Colégio de Campolide e da restauração dos jesuítas em meados do século XIX, a autora indica, erradamente, que o intervalo entre a expulsão de 1834 e o regresso em 1858 é de 28 anos (226).

Os problemas metodológicos, as gralhas e as inconsistências realçadas nesta recensão prejudicam, claramente, o impacto que esta obra pode ter na historiografia dos jesuítas depois da restauração da Companhia de Jesus em 1814. Não queria deixar de sublinhar, porém, que estas falhas são passíveis de revisão, correcção e melhoramento numa futura edição. Apesar de todas as reservas, é de realçar a novidade e o mérito da investigação e o esforço de compilação e transcrição de um conjunto de fontes de grande relevância não só para os estudos jesuítas, mas também para a história das Guerras Liberais.

Universidade de Lisboa

Francisco Malta Romeiras

Eva Fontana Castelli e Adriana Valerio. *Luisa Naudet 1770–1842. La vita errante come vocazione*. Cengia: Gabrielli Editore, 2023. 148+90pp. €20,00. ISBN 9788860995162.

La prima parte del libro ripercorre la vita di Luisa Naudet, la quale per un certo periodo condivise le sorti e gli spostamenti della più nota sorella minore, Leopoldina, fondatrice della Congregazione delle Sorelle della Sacra Famiglia e beatificata il 29 Aprile 2017. La seconda sezione è dedicata alla sopravvissuta corrispondenza di Luisa (la quale è più spesso destinataria che autrice), dato che la gran parte di essa “è andata perduta sia a causa dei numerosi viaggi per l’Europa nella sua vita, sia per non aver prestato lei stessa abbastanza cura nel conservarla” (151).

Primogenita di Giuseppe e Susanna d’Arnth, entrambi al servizio del granduca di Toscana Pietro Leopoldo d’Asburgo-Lorena, Luisa nacque a Firenze nel 1770; tre anni dopo venne al mondo la sorella